

ACTA N.º 3/2008**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 27 DE JUNHO
DE 2008: -----**

----- Aos vinte e sete dias do mês de Junho do ano de dois mil e oito, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário, e Sr. Paulo Manuel Reigota dos Santos, 2º Secretário. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, Eng.º Carlos Manuel Brites Monteiro, Luís Filipe da Silva Cainé, Fernando Manuel dos Santos Alves, Narciso Patrão António, João Maria Nogueira, Prof. Maria Elzita de Miranda Seixas, Dr. Paulo Jorge dos Santos Grego, Prof. Ana Maria Baião Seabra Ramos, Gabriel Miranda Pinho, Sara Raquel dos Santos Fresco, Prof. Luís Manuel de Jesus Lourenço, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, António Cardoso Alberto e Mário de Jesus Manata. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----

----- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, justificou as faltas dos senhores deputados Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Luís Filipe da Cruz Barreto, Dr.ª Isabel Cristina Carvalho Jorge, Dr. Luís

Miguel Domingues Mingatos, Eng.º Virgílio de Miranda Cravo Roxo, Manuel Ferreira Inocência e Albano Manuel da Rocha Lourenço. -----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram dezassete horas e trinta minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido verificadas as presenças e ausências anteriormente referidas.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Prof. Dr. Fernando de Jesus Regateiro começou por pedir autorização para incluir um novo ponto na ordem de trabalhos, respeitante ao fornecimento de gás a granel, o qual foi aceite pela Assembleia. -----

----- De seguida o 1.º Secretário, Eng.º Calisto Coquim disse que tinha tido dificuldade em aceder aos documentos da Assembleia Municipal que a Câmara Municipal disponibilizava no seu site por não ter software tão actualizado como aquele que era utilizado, pedindo aos serviços que colocassem toda a informação em formato PDF. ----

-----Também o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida disse que tinha tido bastante dificuldade em aceder aos documentos que tinham sido disponibilizados pelos serviços da Câmara Municipal e que ninguém da sua bancada tinha conseguido fazê-lo. Assim, propôs que os documentos para as próximas Assembleias voltassem a ser disponibilizados também em papel, até o envio por e-mail estar a funcionar em pleno. --

----- O Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro disse que tinha conseguido abrir todos os ficheiros, eventualmente tinha instalado os mesmos programas que eram utilizados pela Câmara Municipal. Alertou ainda, por uma questão de segurança, que as actas não

fossem disponibilizadas em Word mas sim em PDF, evitando assim que fossem adulteradas. -----

-----Terminando, o Sr. 1.º Secretário, Eng.º Calisto Coquim propôs que todos os elementos da Assembleia que quisessem receber os documentos em papel deixassem o seu nome e para os restantes os documentos continuariam a ser enviados por meio informático. -----

-----**APROVAÇÃO DA ACTA:** -----

-----Foi posta à aprovação do plenário a acta da Assembleia Ordinária, realizada em 29 de Fevereiro de 2008, a qual não tinha sido posta a aprovação na sessão anterior por não concordância do Sr. Deputado Gabriel Pinho o qual, depois de ter feito a audição da gravação, propôs as alterações que o Sr. Secretário, Eng.º Calisto Coquim passou a ler, começando pela versão que constava na acta disse: *“Em direito de resposta o Sr. Deputado Gabriel Pinho disse que não era sua intenção atacar ninguém da classe política, apenas alertar os técnicos para bem do Concelho; que, não falava em nome pessoal mas sim em nome da empresa “Oliveira Pinho e Filhos, Lda.,” terminou questionando de quem seria a responsabilidade de todas as despesas que tinha gasto no processo.”* De seguida leu a versão proposta pelo Sr. Gabriel Pinho *“Em direito de resposta o Sr. Deputado Gabriel Pinho disse que não era sua intenção atacar ninguém da classe política, apenas alertar os técnicos para bem do Concelho; que, tinha que falar, não para seu bem mas para bem do concelho, referindo que estava com um pé dentro e outro fora e que, a final, o dinheiro do licenciamento tinha acabado por entrar*

nos cofres do Município de Cantanhede; que, não falava em nome pessoal mas sim em nome da empresa “Oliveira Pinho e Filhos, Lda.” Mais disse que tinha já sido pressionado pelos sócios da empresa, para fazer um pedido de indemnização à Câmara Municipal e terminou questionando de quem seria a responsabilidade de todas as despesas que tinha gasto no processo.” Terminando, o Sr. Secretário Eng.º Calisto Coquim atrevia-se a dizer que não havia faltas a abordar, apenas uma pequena omissão quando o Sr. Deputado tinha referido que o dinheiro do licenciamento tinha acabado por entrar nos cofres do Município de Cantanhede, não tendo havido tentativa de faltar à verdade como tinha sido referido pelo Sr. Deputado.-----

-----O Sr. Deputado Gabriel Pinho agradeceu o facto de ter tido oportunidade de ouvir a gravação, pois não tinha conseguido ouvir a intervenção da Eng.ª Paula durante a sessão e por esse motivo não tinha concordado com a resposta que constava na acta dada pela Sr.ª Eng.ª e que depois de ouvir a gravação, muito baixinho, pode confirmar coisas que constavam na acta e que não tinha conseguido ouvir durante a sessão, nomeadamente que “recebiam regularmente propostas, inclusivamente de edifícios que já estavam construídos, para verificarem se cumpriam os planos e as leis; que, a situação exposta pelo Sr. Deputado Gabriel Pinho tinha sido uma delas”. Assim, confrontando aquilo que a Sr.ª Eng.ª tinha dito no relatório pedido pelo Sr. Presidente da Câmara com a sua intervenção na Assembleia, verificou que tinha dito coisas totalmente diferentes como exemplo, no relatório dizia que era uma obra velha e na Assembleia dizia que era uma obra para armazém.-----

-----Tomou da palavra o Sr. Secretário, Eng.º Calisto Coquim para dizer que aquele mesmo assunto tinha sido abordado na Assembleia seguinte, onde houve uma resposta escrita por parte dos serviços e onde as coisas estavam melhor esclarecidas, propondo assim que aquela acta fosse posta a aprovação tal como estava, deixando para a próxima acta os esclarecimentos.-----

-----Assim, pelo Sr. 1.º Secretário Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, foi posta à aprovação a acta da sessão ordinária realizada em 29 de Fevereiro de 2008, a qual foi **aprovada por maioria** com uma abstenção do Sr. Deputado Fernando Alves por não ter estado presente. -----

-----Relativamente à acta da sessão anterior de 22 de Abril de 2008, o Sr. Secretário Eng.º Calisto Coquim sugeriu que a sua votação ficasse para a próxima sessão uma vez que a acta tinha sido disponibilizada no dia anterior não dando tempo aos Srs. Deputados para a sua análise na íntegra. -----

----- **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”**:-----

-----Iniciou-se este espaço da sessão com a intervenção do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Prof. Dr. Fernando de Jesus Regateiro, começando por dizer que durante os acordos que tinham sido feitos com o Ministério da Saúde, tinha havido uma ambulância SIV que tinha ficado adstrita aos Concelhos de Mira e Cantanhede, onde ficou estabelecido que durante os meses de Verão a SIV seria sediada no Concelho de Mira, facto que estava a ser cumprido. Continuando, disse que a Ambulância SIV estava sediada na Corporação dos Bombeiros Voluntários de Mira, com condições de socorro

diferenciado e era mais um meio de socorro num tempo em que havia uma sobrecarga de procura na Praia de Mira, Tocha e outras. Mais disse, que estava a ter algum cuidado no seguimento dos pólos ou lugares periféricos para consultas de oftalmologia. No âmbito de uma iniciativa da ARSC de aproximar os especialistas dos cidadãos, estava assegurada a vinda de um oftalmologista dos Hospitais da Universidade de Coimbra ao Centro de Saúde de Mira para consultas periódicas. Continuando a sua intervenção disse que passando muito tempo em Coimbra e estando em condições de acompanhar a comunicação social diariamente de uma forma muito próxima, tinha verificado que Mira mexia, tinha ficado extremamente orgulhoso com a realização do congresso mundial de Nanotecnologia em Mira e apelou à publicidade das condições que Mira tinha para acolher centenas de congressistas, que sendo uma população altamente diferenciada, visitantes que levavam uma boa mensagem, daqui por uns anos iriam trazer clientes ao Concelho, tinham uma acção de influência enorme pelo facto de serem pessoas com relações interpessoais largas e fortes, muitas vezes eram líderes de opinião, quer na área científica quer no seu meio. Sendo matérias da área científica em que se inseria bem e lhe tinha sido pedido pela autarquia, tinha representado com todo o gosto a Municipalidade, estando também presente em nome da Assembleia Municipal, porque o cargo de Presidente da Assembleia Municipal era um cargo de elevado prestígio e dignidade, independentemente da pessoa que o ocupava. Continuando, e sem estar a fazer propaganda nem proselitismo gostava de viver com todos, o momento de orgulho e sentimento de elevação pelo facto de terem novamente a Bandeira Azul na Praia de

Mira e no Poço da Cruz; de dentro de poucos dias a Variante estar aberta ao trânsito; o Parque de Campismo pronto para a época balnear; a Lagoa, a Barrinha e o Lago do Mar ficaram no Polis da Ria de Aveiro para serem requalificados. Mais, disse que Mira estava a inserir-se quer para o Centro do País, no Distrito de Coimbra, quer para Norte no Distrito de Aveiro, era relevante para qualquer conterrâneo e como Deputado eleito pelos Municípes de Mira, sentia-se muito orgulhoso por ser conterrâneo do Concelho de Mira. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida que começou por se congratular com algumas coisas que ali tinham sido ditas, dando os parabéns pela presença da ambulância durante a época balnear, questionando contudo se as chamadas podiam ser feitas directamente para os bombeiros ou teriam que ser feitas para o 112, para haver intervenção da ambulância. -----

----- Em resposta, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia disse que a SIV era uma ambulância da rede de socorro, não respondia à ordem imediata dos bombeiros, os bombeiros faziam a conexão com o 112 porque era ele que definia o tipo de urgência e de unidade de socorro uma vez que a ambulância SIV pode não ter a qualificação suficiente para o tipo de intervenção. -----

-----Eram dezassete horas quando o Sr. Deputado Carlos Milheirão entrou na sala de reuniões. -----

-----Usou da palavra o Sr. Secretário Eng.º Calisto Coquim, o qual começou por dar conhecimento da realização das marchas populares na Avenida 25 de Abril pelas 21:30

horas. No tocante à Herdade do Lago Real questionou a Autarquia qual o ponto de situação, uma vez que aquela Assembleia já tinha decidido favoravelmente relativamente ao interesse público municipal dos equipamentos inseridos na referida herdade.-----

-----Usou da palavra o Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço que começando pelas palavras proferidas pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia relativamente à realização de eventos, nomeadamente o congresso de Nanotecnologia, disse que era uma mais valia para qualquer local e era de louvar, pena era que no Concelho de Mira não existisse um espaço condigno, a título público, para receber tais eventos, facto que tinha referido na aprovação do orçamento para o ano vigente. Mais, disse que no ano anterior foi ali aprovado um regulamento sobre estacionamento, nomeadamente, da zona marginal da Praia de Mira onde estava estabelecido o pagamento até às 22:00 horas, ficando aprovado apenas até às 20:00 horas e no verão transacto continuava até às 22:00 horas. Disse ainda que na Assembleia de Setembro já tinha referido tal situação, onde lhe tinha sido dito que os serviços iriam tomar conta da situação, mas nos dias de hoje continuava o pagamento até às 22:00 horas. Referiu ainda que tinha sido noticiado na imprensa o estabelecimento de um protocolo entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Mira, para manutenção da pista pedonal e que, tanto quanto se tinha apercebido estava a ser feito, nomeadamente, na parte da limpeza de matos contudo, as pontes envolventes à Barrinha e à Lagoa necessitavam de uma manutenção urgente pois encontravam-se num estado deplorável, oferecendo perigo e o mesmo acontecia com situações existentes na

parte entre a Vala da Cana e a rotunda que dava acesso ao Mira Villas. Terminou a sua intervenção com dois reparos, um relativamente à manutenção dos circuitos viários, em que muitas vezes os trabalhadores da autarquia andavam a colocar massa asfáltica para tapar alguns buracos, atirando algumas pazadas para os buracos sem ter o cuidado de os calcar, outra situação era referente às condutas de água do centro da vila em que existia uma parte que já tinha sido substituída e uma outra, entre o Banco Millennium e a Estação Elevatória que ainda tinha condutas de material com quarenta e cinquenta anos que hoje era proibido, atrevendo-se a dizer que se tratava de um caso de saúde pública e no seu entender era um assunto prioritário a tratar pela Autarquia. -----

----- O Sr. Deputado Carlos Milheirão começou por pedir desculpas pela sua entrada na sessão depois da hora. Felicitou a Câmara Municipal por alguns trabalhos que tinham sido executados na Praia de Mira, nomeadamente, no respeitante a asfalto, jardinagem e outros contudo, disse que em frente à pastelaria Apolo, entre o separador e a ponte das lavadeiras tinha ficado um bocado ainda sem massa asfáltica, o mesmo acontecia com a Rua Por do Sol na Praia de Mira que continuava por arranjar. Mais, disse que todos os anos se deparavam com uma série de Auto-caravanas que estacionavam dias inteiros e pernoitavam na marginal em frente ao restaurante Mar Azul, gostaria que fossem tomadas medidas, sugerindo até que fosse acrescentado mais um ponto na ordem de trabalhos, saindo uma deliberação naquele sentido. No tocante aos passadiços das dunas referiu que, com as obras da lota existia um passadiço próximo do local que estava intransitável, questionando quem teria o dever de o arranjar, a empresa construtora, o

Ministério do Ambiente ou a Câmara Municipal porque a Junta de Freguesia não tinha meios materiais nem humanos para o arranjar. Terminando, alertou para os estacionamento do Touring e do Poço da Cruz onde tinha sido feita a divisão com lancis, que fosse acautelada a questão da drenagem, para que estivessem preparados para as próximas chuvas.-----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Manuel de Jesus Martins, por impedimento do Sr. Presidente da Câmara de estar presente na Assembleia, assumiu a reunião e começou por explicar, na questão da Herdade do Lago Real, após a aprovação da Utilidade Pública Municipal tinha entrado um processo, relativamente ao equipamento de hospedaria, seguido dos pedidos de parecer, correcções do projecto de arquitectura e especialidades, e por seu despacho de 18 de Março de 2008, tinha sido aprovado o projecto de Arquitectura. Na questão colocada pelo Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço disse que concordava com a sugestão feita, relativamente à existência de um espaço com condições, para acolher eventos como um centro cultural mas, nunca um espaço que acolhesse eventos com a dimensão do de nenotecnologia que tinha necessitado de ocupar cinco salas. Na questão do pagamento de estacionamento até às 22:00 horas na Praia de Mira, disse que o Sr. Deputado tinha toda a razão, até porque já tinha dado indicações ao Chefe de Divisão, Eng.º Rui Silva para fazer as devidas alterações. Em relação à pista pedonal disse que já tinha sido feito algum investimento naquela área, tanto na limpeza dos matos envolventes como na limpeza da própria pista, relativamente às pontes disse que o material já tinha chegado e logo que houvesse

disponibilidade de pessoal o trabalho iria ser feito. Continuando, disse que estavam a fazer algum esforço no sentido de substituir as condutas, já tinha sido feito na zona abrangente do Parque de Campismo, na Lagoa e na Rua das Palmeiras que fazia ligação a Portomar. Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Carlos Milheirão disse que quando houvesse condições iriam proceder ao atapetamento, até porque existiam outras empreitadas previstas para a Praia de Mira, nomeadamente, de saneamento, águas pluviais e arruamentos. Na questão da sinalização disse que já tinha sido feita a aquisição de sinais, esperando que fossem colocados quanto antes. No passadiço junto à Lota disse que existia um protocolo que tinha sido feito entre a CCDRC e Câmara Municipal, em que a Câmara dava a mão-de-obra e eles o material. -----

----- O Chefe de Divisão, Eng.º Rui Silva, relativamente ao estacionamento do Touring e Poço da Cruz, explicou que aquilo que constava do Plano e Orçamento para o corrente ano era apenas executar a 1.ª fase da obra que já tinha sido feito. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Paulo Grego, dizendo que tinha lido uma notícia no site da Câmara Municipal relativamente à recolha selectiva dos lixos, achando curioso o facto de Mira se encontrar em primeiro lugar na quantidade de lixo reciclado, também na revista ERSUC verificou que tinha sido feito um estudo a nível da zona centro, com 36 Municípios onde relativamente ao ano 2006 havia uma subida de 9% do total do lixo recolhido nos Ecopontos e que em Mira existiam muito mais Ecopontos do que aqueles que eram aconselhados no rácio indicativo, aparecendo ainda em primeiro lugar na recolha do vidro e do plástico e metal que apenas tinha sido superado por Coimbra,

Aveiro e S. João da Madeira na recolha do papel. Terminou com uma chamada de atenção à nova sinalização vertical na EN109, disse que tinha ficado uma grande confusão relativamente às paragens dos autocarros, nomeadamente, uma nova paragem em Portomar que tinha sido construída num sítio que não se justificava minimamente e sendo apenas de um dos lados da estrada. No Seixo, também existia um caso de uma paragem com um abrigo para as pessoas poderem estar que não era utilizada, era utilizada uma outra, uns metros acima. Continuando, disse que em Mira existia também um caso de mudança da paragem junto da farmácia e uma outra situação, no Cential a seguir à curva, onde existiam placas e com a nova sinalização deixaram de existir, fazendo com que as pessoas não soubessem onde esperar o autocarro e os próprios autocarros não sabiam onde haviam de parar. -----

-----Interveio o Sr. Deputado António Cardoso Alberto que começou por abordar o assunto da limpeza da pista ciclopedonal em que tinha sido celebrado um protocolo entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Mira para esse efeito que, apesar de não ter ficado tão bem quanto o desejado, tinha sido feito até ao Clube Náutico. Felicitou o executivo por mais um ano de bandeira azul na Praia de Mira e Poço da Cruz, questionou para quando a abertura da variante à Praia de Mira e qual o ponto de situação da variante sul. -----

-----O Sr. Deputado Luís Filipe Cainé usou da palavra começando por felicitar o executivo o facto das passadeiras estarem todas visíveis, alertou para o facto de alguns semáforos ainda não estarem a funcionar correctamente e para terminar disse que apesar

de o novo Estádio Municipal ainda não ter sido inaugurado, agradou-lhe o facto de lá ter visto muita gente. -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e relativamente aos Ecopontos disse que mesmo assim, ainda existia falta de Ecopontos em algumas povoações do Concelho mas que já tinham sido pedidos mais, esperando que cada povoação ficasse com pelo menos um Ecoponto. Relativamente à sinalização vertical na En109 disse que desconhecia, acrescentando ainda que era da competência das Estradas de Portugal e no tocante às paragens de autocarro disse que, normalmente a Protecção Civil junto com a Joalto faziam a localização. Tinha havido um caso de uma paragem, na Junta de Freguesia dos Carapelhos, que não estava muito bem colocada mas tinham conseguido resolver o problema colocando uma passadeira. No tocante à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, Sr. António Cardoso Alberto disse que a inauguração da variante a Mira estaria prevista para meados do mês de Julho. Quanto à intervenção do Sr. Deputado Filipe Cainé disse que existiam alguns semáforos que por vezes se encontravam avariados e mesmo não sendo da responsabilidade da Câmara Municipal, tentavam sempre alertar para o facto. No tocante ao relvado do Estádio Municipal disse que estavam a ser feitos esforços para que a inauguração fosse feita no dia 19 de Julho. -----

-----Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida que começou por se congratular com a Bandeira Azul. Continuando, e mesmo sabendo que não dependia da Câmara Municipal, disse que a mesma devia fazer pressão sobre a entidade que estava a

explorar a A17 porque quem vinha do Sul ou do Norte não encontrava nenhuma referência à Praia de Mira, quem vinha na A17 tinha que saber que existia mar e uma praia. Disse ainda que tanto quanto sabia, tinha saído no Jornal “Diário de Coimbra” uma notícia sobre o caso Miraférias, cuja decisão definitiva do pleno já era de Abril e não entendia porquê que o executivo, quando a Câmara estava condenada e a decisão não era definitiva tinha vindo tantas vezes a público dizer que era uma desgraça se a Câmara Municipal perdesse e quando tinha havido uma decisão definitiva, a decisão tinha estado dois meses na gaveta, que não tinha havido pressa nenhuma em vir dizer que não era desgraça nenhuma porque já tinha transitado em julgado e havia uma decisão definitiva, nem que fosse para sossegar os mirenses, os credores e os fornecedores. Na questão da Herdade do Lago Real disse que, como tinha sido dito pelo Vereador Dr. Martins tinha havido um processo de hospedaria que tinha entrado em Outubro de 2007 e a declaração de interesse municipal tinha sido aprovada em Fevereiro de 2007, tendo a Assembleia aprovado uma declaração para o futuro porquê que o projecto de arquitectura tinha entrado posteriormente e já que estava aprovado, gostaria de saber se já tinha licença de utilização. -----

----- O Sr. Deputado Narciso Patrão usou da palavra, e mais uma vez, alertou para a lagoa que se formava na Rua Raul Brandão, sempre que chovia. Felicitou a Câmara Municipal pelas obras feitas no edifício e terminou com uma chamada de atenção de uma placa publicitária que foi colocada junto do BCP a ocupar o passeio. -----

-----Usou da palavra o Sr. Deputado João Nogueira para também felicitar o executivo pela pintura das passadeiras melhorando as condições do trânsito, especialmente na Avenida Cidade de Coimbra e outras da Praia de Mira; pelas novas variantes; pelas obras no Parque de Campismo e pelo hasteamento da bandeira azul com todas aquelas bandeiras pintadas pelas crianças. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Gabriel Pinho começando por dizer que finalmente via obras na Zona Industrial, no pólo II e gostava de saber quais os critérios de atribuição de lotes. Terminando, questionou porquê que a lota, que tinha sido feita com tanto empenho e inaugurada há tanto tempo, estava parada e a venda do peixe continuava a ser feita na rua. -----

-----O Sr. Paulo Manuel Reigota dos Santos, 2º Secretário, usou da palavra para dizer que concordava com a intervenção do Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida quando tinha dito que na A17 não existia qualquer sinalização relativamente às Praias, disse ainda que tinha detectado uma outra anomalia onde estava assinalado Mira Sul devia estar apenas Mira. -----

-----Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal referindo que já tinham informado a brisa das referidas anomalias. Na questão do Miraferias disse que não havia vencedores nem vencidos e quem tinha ganho tinha sido Concelho de Mira. No caso do Lago Real disse que aquilo que estava aprovado era o projecto de arquitectura e que o Sr. Deputado sabia bem quando era concedido o alvará de utilização. Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Narciso Patrão, na questão da

Rua Raul Brandão, disse que esperava que o Eng.º Rui Silva, Chefe da Divisão de Obras Municipais, tivesse ouvido a questão com atenção para que a pudesse resolver. Na questão da placa publicitária tipo “mupi” disse que já estava previsto a sua mudança dentro da mesma zona mas para outro local. Respondendo ainda à questão do Sr. Deputado Gabriel Pinho no do pólo II, disse que tinha havido reuniões com os empresários que já lá tinham os lotes para saber quem continuava interessado em manter o lote. Explicou ainda que aquele pólo tinha várias fases de loteamento e na 1.ª fase de loteamento todos os empresários que nela estivessem incluídos podiam começar a construir e entregar os seus projectos, encontrando-se em fase de licenciamento os projectos da Miratiro, Soprem, Corima, Tarroleto, Brindap e Tacha. Continuando, relativamente a lotes que tinham ficado disponíveis na 1.ª fase, disse que já tinham sido feitos contactos com empresas, de preferência do Concelho. Em relação à lota disse que a parte dos armazéns estavam a funcionar e o posto de vendagem necessitava apenas de uma vistoria da parte veterinária. -----

-----Interveio novamente o Sr. Deputado Gabriel Pinho para, ainda relativamente à Zona Industrial, questionar se estava destinada para armazéns ou para fábricas. -----

----- Para ajudar a esclarecer a questão tomou da palavra o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, explicando que estavam feitas duas fases de loteamento em que tinha sido dito aos empresários da 1.ª fase que tinham de começar a construir de imediato de acordo com o regulamento, que eles próprios tinham assinado contrato de promessa mas como alguns já não estavam interessados no negócio, abdicaram, dentro das questões legais,

do contrato de promessa e tinham dado autorização ao Sr. Presidente da Câmara para negociar com outros empresários interessados, esses mesmos lotes. Continuando, seguiu-se a definição de uma grelha de critérios entre todos aqueles que já tinham entregue, ao longo dos tempos, cartas a manifestar intenção, não existindo alteração do regulamento, as condições e os critérios eram os mesmos aquando do primeiro concurso, a única alteração que tinha havido foi, dado que existiam poucos lotes e muitos interessados, tinha sido criado uma grelha mais fina de critérios. -----

----- Eram dezoito horas e cinquenta minutos quando se iniciou um pequeno intervalo, tomando novamente a sessão às dezanove horas e dez minutos. Neste momento ausentou-se da sessão o Sr. Deputado Carlos Monteiro. -----

----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

---- **PONTO UM: “Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”.** -----

---- O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, explicou que as taxas de execução de receita corrente eram cerca de 35% e a taxa de execução global era de 26%, com semelhança à mesma data do ano anterior e a receita capital era de 11,2%. A taxa de execução do PPI cifrava-se em 12,3%. No tocante ao endividamento bruto, a curto prazo era de 2.018.400,30€ e a médio e longo prazo era de 3.290.191,04€.

Terminando, disse que ainda existia uma dívida a curto prazo significativa e a longo prazo tinha-se verificado uma ligeira amortização dos empréstimos. -----

---- **PONTO DOIS: “Aprovação, nos termos da alínea a), do nº. 2 do artº. 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do Regulamento Municipal de Drenagem de Águas Residuais do Concelho de Mira.**-----

---- O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, explicou que os objectivos do referido regulamento visavam assegurar o bom funcionamento dos sistemas públicos e prediais de drenagem de águas residuais e garantir a preservação do equilíbrio urbanístico, da segurança, da saúde pública e do conforto dos utentes. Continuando, disse que a legislação que regulamentava a matéria tinha sido publicada há treze anos, tornando-se urgente regulamentá-la por questões de tutela do ambiente e salubridade, evitando a contaminação dos solos e das populações; A protecção e defesa do consumidor, a instrução, urbanização e simplificação dos procedimentos administrativos e apreciação dos processos, introdução de um novo regime tarifário que iria permitir ao Município fazer face às necessidades de gestão, assegurando um maior equilíbrio económico e financeiro; Princípio do utilizador pagador assegurando uma utilização mais racional dos recursos. Mais, disse que tinham dado uma especial atenção aos pequenos consumidores domésticos e às famílias mais carenciadas que estabilizada a facturação iriam beneficiar de tarifas mais reduzidas. -----

---- Interveio a Sr.ª Deputada Prof. Ana Maria Baião que, sem querer ofuscar a nota positiva que o executivo registava por algumas obras em curso, chamou atenção de

alguns aspectos em que o executivo podia melhorar e de uma próxima vez que voltassem a mexer naquelas matérias que se lembrassem das famílias com maior número de elementos que acabavam por poluir mais, permitindo assim com algumas medidas, facilitar a vida familiar aos munícipes dando o exemplo da Câmara Municipal de Miranda do Corvo que tinha resolvido atribuir um subsídio de 500,00€ a todas as funcionárias que engravidassem. Terminou, dizendo que estava criado o observatório das autarquias familiarmente responsáveis, que gostaria de ver também na Câmara Municipal de Mira. -----

----Procedeu-se de seguida à votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade**. -----

---- **PONTO TRÊS: “Aprovação, nos termos da alínea a), do nº. 2 do artº. 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do Regulamento do Serviço Municipal de Protecção Civil”.**-----

---- Relativamente ao regulamento em questão, o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal explicou que no âmbito da Protecção Civil no Concelho de Mira compendia uma série de actividades a desenvolver pela autarquia, pelos cidadãos em estreita colaboração com as estruturas regionais e nacionais de protecção civil, com a finalidade de prevenir riscos inerentes a situações de acidentes graves, catástrofes ou calamidades de origem natural, atenuar os efeitos e socorrer as pessoas em perigo, tendo em vista coordenar, executar as acções de protecção civil e como objectivo constituía um útil instrumento de trabalho para todos os intervenientes no sistema da protecção civil

municipal em conjugação com os vários planos de protecção civil em vigor e que com a lei 65/2007 de 12 de Novembro tinha sido estabelecido uma nova moldura de enquadramento institucional e operacional no âmbito da protecção civil municipal. Salientou também que o projecto de regulamento definia, designadamente, o enquadramento institucional, operacional e organização da protecção civil no município de Mira, determinava ainda as competências do comandante operacional municipal em desenvolvimento da lei n.º 27/2006 de 3 de Julho, regulamentando ainda a lei n.º 65/2007 de 12 de Novembro.-----

---- Dado que ninguém desejou intervir, foi submetido o ponto à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

---- **PONTO QUATRO: “Aprovação, nos termos da alínea a), do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do Regulamento de Apoio à Melhoria Habitacional”**.-----

---- O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, usou da palavra para explicar que no âmbito da política social do Município, verificou-se a necessidade de definir determinados requisitos para a atribuição de apoios no domínio da melhoria das condições habitacionais dos munícipes mais desfavorecidos em alternativa à concessão de subsídios pontuais justificados, na maioria das vezes por casos de força maior. O objectivo específico do apoio era intervir nas condições de habitabilidade das populações mais carenciadas, contornando ou evitando alguns condicionalismos impostos por práticas de âmbito mais alargado, nomeadamente por instrumentos ao

nível nacional como o apoio financeiro especial para as obras em habitação permanente, como seja o SOLARH, ou medidas desenvolvidas pela Segurança Social e outros organismos centrais. Continuando, disse que naquele regulamento tinha sido criado um conjunto de normas que criava um mecanismo de controlo e fiscalização da atribuição de apoios que permitam a reabilitação urbana e conservação do tecido habitacional mais deteriorado do município, dotando as habitações de condições de conforto, salubridade e segurança que salvaguardem a qualidade de vida das populações e contribuam para o desenvolvimento económico e social.-----

----- Sem intervenções dos Srs. Deputados, o assunto foi **aprovado por unanimidade**.

----- Eram dezanove horas e trinta minutos quando o Sr. Deputado António Alberto se ausentou da sala de reunião. -----

----- **PONTO CINCO: “Aprovação de Integração no domínio público municipal de arruamento, nos termos da alínea b), do nº. 4 do artº. 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro”.** -----

-----No uso da palavra, o Sr. Vice-Presidente da Câmara, disse que após várias reuniões ocorridas com o requerente Maria Isilda da Silva Real e o técnico, tinham encontrado uma solução de, não só legalizar as obras de ampliação realizadas no referido estabelecimento de restauração e bebidas como também de servir o interesse público. --

----- Passou-se à votação do ponto tendo sido o mesmo **aprovado por unanimidade**. -

-----**PONTO SEIS: “Aprovação, nos termos da alínea a), do nº. 2 do artº. 53º. da lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro,**

do Regulamento Interno do Pessoal Sujeito ao Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho Por Tempo Indeterminado”. -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal começou por explicar que o regulamento tinha como objectivo a necessidade de regulamentar a relação laboral, a coexistência entre regime público e privado vindo a potenciar a introdução de novos mecanismos de gestão dos efectivos e das legítimas expectativas dos trabalhadores. Mais, disse que com a aprovação do regime jurídico do contrato individual de trabalho da Administração Pública, a lei n.º 23/2004 de 22 de Junho e com a entrada em vigor da Lei n.º 12-A/08 de 27 de Fevereiro que preconizava a reforma dos regimes de vinculação de carreiras e de remunerações dos trabalhadores, as autarquias passaram a poder celebrar contratos de trabalho por tempo indeterminado, necessitando para tal de elaborar um regulamento interno onde estivessem definidas as regras para tal efeito. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal aprove o projecto de Regulamento interno de acordo com o previsto na alínea a) do n.º6 do artigo 64.º e na alínea n) do n.º2 do artigo 53.º da Lei n.º164/1999, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugados com as disposições dos artigo 4º, artigo 5º, artigo7º, e nº 8 do artigo 117º da Lei nº 12-A/08 de 27 de Fevereiro e de acordo com os artigos 5º, 7º, 11º da Lei nº 23/2004, de 22 de Junho, à qual se aplica subsidiariamente a Lei nº 99/2003 de 27 de Agosto, que aprovou o Código do Trabalho, regulamentado pela Lei nº 35/2004 de 29 de Julho; que delibere submeter o Projecto do citado Regulamento à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea n) do nº 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99,

de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro conjugado com a parte inicial do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/08 de 27 de Fevereiro; que delibere, posteriormente, mandar publicar o regulamento interno na página electrónica do Município, em cumprimento do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/08 de 27 de Fevereiro e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro. -----

----- Dado que ninguém desejou intervir, submeteu-se à votação a proposta, tendo sido

Aprovado por unanimidade. -----

---- **PONTO SETE: “Aprovação do Acordo Colaboração - Cartão Jovem Municipal Euro <26, nos termos das alíneas e) e m), do n.º. 2 do art.º. 53.º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º. 5-A/2002, de 11 de Janeiro”.** ----

---- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara para explicar que se tratava de um Acordo de Colaboração entre o Município de Mira e a “Movijovem” dirigida aos jovens do Concelho com idades entre os 12 e os 25 anos, sendo válido por um ano com um custo de 8,00€, proporcionando vantagens e descontos em serviços e produtos a nível local, nacional e europeu. Referiu ainda que já havia alguns comércios que tinham aderido, esperando contudo que houvesse uma maior adesão. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço, para dizer que era uma situação pertinente, contudo pensava tratar-se de alguns incentivos e aquele tipo de situações devia ser alargado também a uma faixa de população mais idosa que por vezes era a mais carenciada. -----

---- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade.** -----

---- **PONTO OITO: “Protocolo de colaboração para implementação do Banco Local de Voluntariado do Concelho de Mira Voluntariado – Tomada de conhecimento”.**-----

---- O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal tomou da palavra e explicou que o papel decisivo que o voluntariado tinha no esforço da coesão social e na consolidação do regime democrático e da cidadania, era hoje reconhecido enquanto promotor de práticas comunitárias, aproximando os cidadãos em torno de causas comuns, solidárias e integradoras do indivíduo na vida colectiva. Informou que o Banco Local de Voluntariado iria estar a funcionar no Gabinete de Serviço Social da Câmara Municipal de Mira. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Luís Filipe Cainé para relativamente ao ponto anterior dizer que era um facto que a população estava a envelhecer e que já tinha ventilado a hipótese de uma universidade sénior para Mira, gostava que o executivo estudasse a hipótese e se havia viabilidade. -----

----**PONTO NOVE: “Tomada de conhecimento do Relatório da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Mira, referente ao ano de 2007, nos termos da alínea h), do artº. 18º., do D.L. nº. 147/99, de 01 de Setembro”.**-----

----Usou a palavra a Dr.ª Sandra Pereira, Vereadora e Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, começando por explicar que não havia um maior numero de crianças, aquilo que acontecia era que anteriormente existia no mesmo

agregado duas crianças a serem seguidas contando apenas como um processo e actualmente, cada criança correspondia a um processo individualizado. -----

---- **PONTO DEZ: “Fornecimento de gás a granel - Autorização, nos termos do disposto no artº. 22º. Do D.L. nº. 197/99, de 08 de Junho”.** -----

---- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal para dizer que o ponto estava apenas relacionado como número de anos de adjudicação, dizendo ainda que o gás era utilizado na Piscina Municipal, Parque de Campismo, Movijovem e nos novos armazéns. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Fernando Alves para questionar que sendo o gás um bem de consumo porquê que era estabelecido um valor fixo.-----

----Usou da palavra o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, explicando que seria para garantir a quantidade de desconto que tinham sobre o preço de tabela ou seja, fazendo um contrato global e aumentando o número de anos, garantiam um preço mínimo, entendendo que o gás não iria baixar de preço. -----

---- Sem mais intervenções, procedeu-se à votação tendo sido a autorização **aprovado por unanimidade.** -----

----Terminada a agenda de trabalhos da sessão, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi solicitada ao plenário autorização para assinatura em minuta da acta respectiva, tendo a mesma sido concedida por unanimidade. -----

----**ENCERRAMENTO:** -----

----- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia

Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo dezanove horas e trinta e cinco minutos da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artº. 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro.-----
